

DESIGUALDADE DE RENDA DO TRABALHO DOS SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA, NORDESTINA E PERNAMBUCANA

Fábio José Ferreira da Silva*

Márcio Alves da Silva**

Resumo: O artigo analisa as desigualdades de renda do trabalho dos ocupados em três setores (agricultura, indústria e serviços) e em três regiões (Brasil, na região Nordeste e no estado de Pernambuco) de 1995 a 2008. Em todas as regiões houve desconcentração dos rendimentos dos ocupados, sendo que o setor de serviços e, em menor grau, a indústria foram os principais responsáveis pelo resultado. Todavia, a intensidade desses efeitos foi substancialmente maior no Brasil em comparação à região Nordeste e Pernambuco, sugerindo maior rigidez à desconcentração nessas regiões.

Palavras-chave: Desigualdade de renda, efeito concentração, efeito composição.

Classificação JEL: D31.

Abstract: The paper analyses labor income inequality in three sectors (agriculture, industry and services) and three regions (Brazil, its Northeast Region and the state of Pernambuco) from 1995 to 2008. In the three regions, inequality was reduced. The main responsible for this result was the services sector and, to a lesser extent, industry. However, these effects were substantially higher in Brazil when compared to Northeast and Pernambuco, suggesting local resistances to reduce inequality.

Keywords: Income Inequality, Concentration effect, Share effect.

JEL Code: D31.

* Economista do Banco Central do Brasil

** Professor da Faculdade Boa Viagem- PE

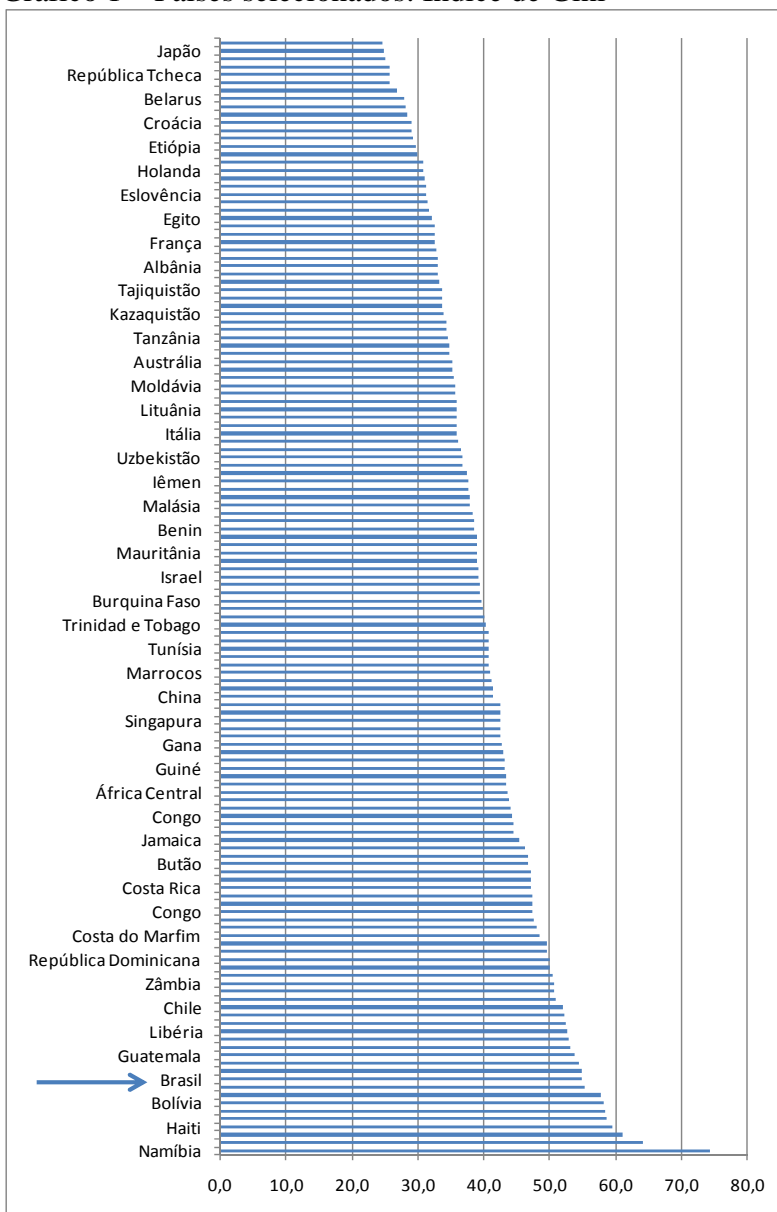
1 INTRODUÇÃO

O Brasil destaca-se no plano internacional por apresentar um dos piores índices de distribuição de renda do mundo. De acordo com dados do Banco Mundial relativos a 2007, com uma amostra de 140 países, o Brasil encontrava-se em 131º lugar (vide gráfico 1). Essa característica adversa sempre fez parte da realidade brasileira, sobretudo da região Nordeste, cujas raízes estão relacionadas com a evolução histórica da economia, em que parte significativa da população foi excluída do acesso a condições mínimas de dignidade, mesmo em épocas de crescimento acelerado.

Ainda que a comparação internacional mostre o Brasil ainda distante da maioria dos países, não se pode negar que houve um avanço expressivo nos últimos anos, sobretudo após a estabilização monetária obtida com o Plano Real. De 1995 a 2008, a queda do índice de Gini, medida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi de 8,8%, fazendo com que a desigualdade brasileira atingisse os menores níveis desde 1976, quando as séries da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD/IBGE) se iniciaram (NERI, 2006).

Hoffman (2006) analisa a evolução do índice de Gini no Brasil e grandes regiões, de 1998 a 2004, a partir das contribuições das fontes de renda, que são as seguintes: (i) rendimentos do trabalho; (ii) aposentadoria e pensões; (iii) outras aposentadorias e pensões; (iv) rendimentos de doações feitas por pessoas de outros domicílios; (v) aluguel; (vi) rendimentos provenientes de transferências de programas oficiais como o Bolsa-Família ou renda mínima, juros, dividendos, e outros tipos de rendimentos.

Gráfico 1 – Países selecionados: Índice de Gini



Fonte: Banco Mundial

Para o Brasil, Hoffman (2006) encontra que o maior responsável pela queda de 5,0% do índice de Gini foi a melhora da distribuição de renda verificada nos rendimentos do trabalho, que explicou 65,5% da melhora da distribuição de renda. Em segundo lugar vieram as transferências governamentais, 28,0%, seguidas pelo aluguel, 5,9%. No caso da região Nordeste, o recuo do Gini foi menor, 4,6%, e o fator mais importante foi o conjunto de transferências governamentais, 65,7%, seguido pelos rendimentos do trabalho, 39,4%. Ainda sobre o Nordeste, Silveira Neto e Gonçalves (2007) mostram que, de 1995 a 2005, a queda do índice de Gini foi substancialmente maior no meio rural, 11,6%, em comparação à verificada na região urbana não-metropolitana, 5,4% e na região metropolitana, 1,3%.

Utilizando metodologia similar a de Hoffman (2006), este artigo se concentra na análise da concentração de rendimentos do trabalho¹⁰, o que se justifica pelo fato desta ser a principal fonte de renda das famílias, participando com cerca de 70% a 80% do total. A distribuição de renda no mercado de trabalho tem um caráter mais permanente em comparação com outras fontes, sobretudo dividendos, juros e participação nos lucros, que respondem com maior intensidade às variações da atividade econômica. Ressalte-se também que, após o sucesso do Programa Bolsa-Família na inclusão e aumento dos benefícios concedidos à população carente, nos próximos anos, a contribuição das transferências para avanços adicionais na distribuição de renda tende a ser menor.

Investiga-se, setorialmente, como evoluíram as distribuições dos rendimentos do trabalho dos ocupados na agropecuária, indústria e serviços, visando compreender melhor em que medida cada um deles contribuiu para a melhoria da distribuição de renda dos salários no Brasil, comparando seus

¹⁰ Inclui salários e remuneração de trabalhadores conta-própria e empregadores. No texto, as expressões concentração dos rendimentos do trabalho e concentração dos salários são utilizadas como sinônimos.

resultados com os da Região Nordeste e do Estado de Pernambuco. A fonte de dados utilizada é a PNAD/IBGE.

O artigo está dividido nas seguintes seções: a próxima contextualiza a evolução da distribuição de renda no Brasil, relacionando-a com a situação econômica vigente. A terceira apresenta a metodologia de decomposição do Gini para o Brasil, Nordeste e Pernambuco, enquanto que a quarta seção apresenta os resultados. Na quinta parte as conclusões são enunciadas.

2 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

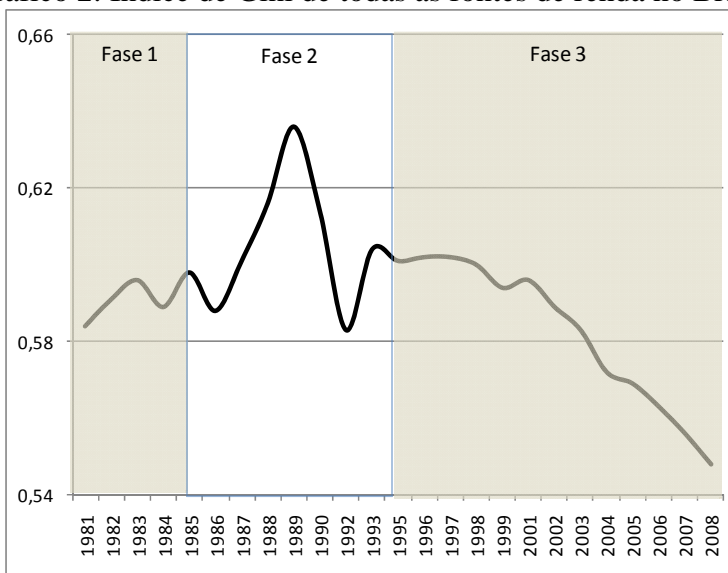
2.1 Condicionantes e conjuntura econômica

De 1981 até 2008, é possível identificar três períodos em que o índice de Gini apresentou comportamentos distintos. Na primeira fase, de 1981 até 1985, o Gini permaneceu estável, entre 0,58 e 0,60 e com pouca oscilação. No segundo período, de 1985 até 1995, o indicador apresentou variações acentuadas, mas não se identifica uma tendência definida, situando-se entre 0,58 e 0,64. Na terceira fase, de 1995 a 2008, passou a cair de forma consistente, de 0,60 no início do período, a 0,55 no último ano (veja gráfico 2).

Destaca-se que essa última fase delimita o período que será analisado neste artigo, ou seja, interessa avaliar e comparar regionalmente os mecanismos por trás da melhora da distribuição de renda recente. Mas antes disso, é possível assinalar três variáveis relacionadas com o comportamento do índice de Gini:

(i) Crescimento do PIB *per capita*: ainda que o baixo crescimento da economia não seja impeditivo para que a distribuição de renda melhore, diversos estudos como Alesina e Rodrik (1994) e Persson e Tabellini (1994) encontraram uma relação direta entre crescimento econômico e distribuição de renda;

Gráfico 2: Índice de Gini de todas as fontes de renda no Brasil



Fonte: Ipeadata.

Nota: Índice de Gini calculado para a renda domiciliar *per capita*.

(ii) Inflação: quanto mais alta a inflação, maior tende a ser o efeito concentrador de renda pelo fato de que as pessoas relativamente mais ricas têm mais mecanismos para protegerem sua riqueza e renda do que as pessoas mais pobres. Na época de hiperinflação brasileira, por exemplo, havia instrumentos financeiros que não estavam disponíveis para clientes com baixo volume de aplicações, muitos destes não tinham sequer acesso a contas bancárias. Mecanismos imperfeitos de indexação de salários e menor poder de barganha de sindicatos de classes de trabalhadores de menor remuneração nas negociações salariais também concorreram para esse efeito;

(iii) Salário mínimo: sendo um piso da remuneração de empregados formais e aposentados, a evolução do salário mínimo influencia os indicadores de distribuição de renda.

Funciona também como um efeito farol, na medida em que parte dos trabalhadores, mesmo aqueles que não ganham exatamente um salário mínimo, tem sua remuneração indexada ao valor do salário mínimo. Para maiores detalhes, vide Saboia (2007) e Soares (2002).

Os anos 80 ficaram conhecidos como a década perdida para a economia brasileira marcada, no setor externo, pela crise da dívida dos países da América Latina e, no âmbito interno, por elevada inflação e baixo crescimento econômico. O início da década reflete os aumentos das taxas de juros dos Estados Unidos, visando conter a alta da inflação provocada pelo 2º choque do petróleo, em 1979. O ajuste monetário causou recessão nos países desenvolvidos e inviabilizou a captação de empréstimos dos países emergentes, principalmente os latinos americanos, que haviam se endividado em moeda estrangeira e com taxas de juros flutuantes. O choque externo também levou a uma deterioração dos termos de troca, o que contribuiu para a crise da dívida externa no início da década. Internamente, a inflação acelerou-se, associada à necessidade de financiamento do déficit público crônico.

De 1981 a 1985, pode-se constatar pela tabela 1 e gráfico 2 que houve aumento do índice de Gini (0,6% a.a.) com baixa volatilidade. Esta combinação foi influenciada por um baixo crescimento do PIB *per capita*, alta inflação e redução do salário mínimo real, esta última fruto da política de contenção da demanda pelo governo militar.

O Gini continuou elevando-se entre 1985 e 1995, ainda que em menor magnitude em comparação à fase anterior. No ano de 1989, a desigualdade atingiu o nível máximo da série, 0,64. Destaca-se, no período, que o indicador apresentou oscilações acentuadas¹¹ e esse desempenho sofre influência da inflação, que chegou a superar 2.000% em 1993. Para os inercialistas, a inércia inflacionária - associada à existência de

¹¹ O coeficiente de variação triplicou em relação ao período anterior.

contratos com cláusulas de indexação - foi um fator determinante para a propagação da inflação. A tabela 1 mostra que o salário mínimo não acompanhou a variação dos preços.

Tabela 1- Brasil: Variáveis sociais e econômicas

Períodos	Fase 1	Fase 2	Fase 3
	1981-1985	1985-1995	1995-2008
Variação média anual do Gini (%)	0,6	0,1	-0,7
Tendência do Gini	Indefinida	Indefinida	Baixa
Crescimento médio anual PIB <i>per capita</i> (%)	0,3	0,6	1,6
Inflação média anual medida pelo IPCA (%)	157,9	863,9	6,7
Variação média anual do salário mín. real (%)	-1,7	-6,2	4,4

Fonte: IPEADATA.

No período de 1995 a 2008, destaca-se, inicialmente, o sucesso do Plano Real em conter a inflação, o que foi decisivo para aumentar o poder de compra dos salários. Todavia, na primeira metade desse período, o cenário externo foi adverso, pela sucessão de crises econômicas de grandes proporções e com efeitos de contágio, como a crise do leste asiático (1997), Rússia (1998), Brasil (1999) e Argentina (2001). Os regimes de câmbio controlado sofreram ataques especulativos e foram substituídos por regimes de câmbio flexível, acompanhados por medidas de austeridade fiscal e monetária, que resultaram, em um primeiro momento, em recessão. A partir de 1999/2000, tendo como pilares macroeconômicos o regime de Metas para a Inflação, o câmbio flutuante e a austeridade fiscal, o Brasil passou a crescer de forma consistente, com melhora dos fundamentos macroeconômicos, evidenciada pelos superávits

primário e em transações correntes e pela acumulação de reservas internacionais.

Deve-se somar à estabilidade monetária e ao crescimento do PIB *per capita*, de 1,6% a.a, a política de aumento contínuo do salário mínimo real médio, 4,4% a.a., que levaram o país ao seu menor nível de desigualdade de renda em 2008 (Gini igual a 0,55). O aumento das transferências de renda através do programa Bolsa Família, das Aposentadorias Rurais, do piso do Regime Geral da Previdência Social, do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social e de outros programas de distribuição de renda, indexados ou não ao salário mínimo, também contribuíram para a redução da desigualdade de renda (SOARES, 2002). Em resumo, segundo Fernandes (2003) um importante fator para a redução da desigualdade de distribuição de renda no Brasil, foi a redefinição do modelo de desenvolvimento nacional criado no Plano Real, que conciliava crescimento econômico e controle da inflação.

2.2 Índice de Gini da distribuição dos rendimentos do trabalho

O gráfico 3 mostra a evolução do Gini calculado com os rendimentos do trabalho (Gini dos salários) no Brasil, Nordeste e Pernambuco. Nota-se que:

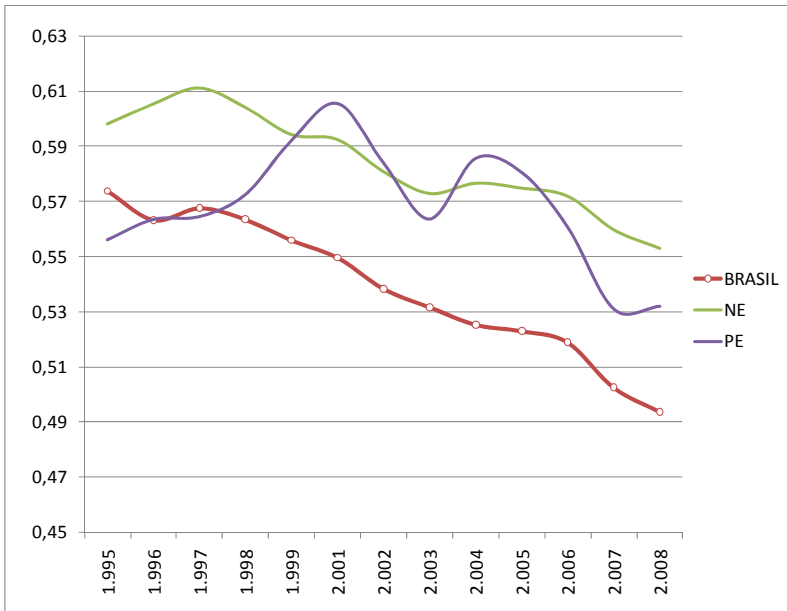
(i) No Brasil, no período 1995-2008, houve queda do Gini dos salários, em linha com o comportamento do índice de Gini descrito na seção 2.1. Destaca-se que o indicador recuou em todos os anos, excetuando-se 1997.

(ii) O Gini dos salários do Nordeste sempre é superior ao do Brasil;

(ii) O Gini dos salários de Pernambuco apresentou um comportamento mais irregular que os do Nordeste e Brasil. Também se destaca o aumento do indicador no estado, de 8,8%

no período 1995-2001, contrastando com as quedas de 4,2% e 1,0% no Brasil e no Nordeste, respectivamente.

Gráfico 3- Brasil, Nordeste, Pernambuco: Índice de Gini dos salários



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs.

(iv) Por último - e mais importante - os indicadores apresentaram queda nas três regiões, porém em magnitudes distintas. O índice de Gini recuou 14,0% no Brasil (0,0800 pontos), 7,6% no Nordeste (0,0452 pontos) e 4,6% em Pernambuco (0,0241 pontos).

3 METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida é similar a Hoffman (2006), que permite que a variação do índice de Gini seja decomposta

em dois componentes aditivos: o efeito-composição e o efeito-concentração, que serão apresentados em seguida. Para o propósito deste artigo, será analisado o índice de Gini dos rendimentos do trabalho dos empregados nos seguintes setores: (i) agricultura: correspondente ao setor agrícola; (ii) indústria: indústria de transformação, construção e outras atividades industriais; (iii) serviços: comércio e reparação, alojamento e reparação, serviços domésticos, administração pública, educação, saúde e serviços sociais, transporte, armazenagem e comunicação, outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Pela definição usual, a curva de Lorenz mostra como a proporção acumulada da renda varia em função da proporção acumulada da população. Sendo β a área entre a curva de Lorenz e o eixo das abscissas, o índice de Gini é

$$G = 1 - 2\beta \quad (1)$$

Verifica-se que $0 \leq G < 1$, em que $G = 0$ representa a igualdade total de renda (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor) e $G = 1$ equivale a desigualdade máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade).

Mantida a ordenação das rendas x_i , a curva de concentração do setor x_h (setor agrícola, serviços e industrial) mostra como a proporção acumulada de x_h varia em função da proporção acumulada da população. Sendo β_h a área entre essa curva e o eixo das abscissas, a razão de concentração do setor x_{hi} é

$$C_h = 1 - 2\beta_h \quad (2)$$

Verifica-se que $-1 < C_h < 1$. Note que o intervalo da curva de concentração difere do Gini visto que a ordenação do eixo das ordenadas é aquela da renda total (e não do setor h), de

modo que a curva de concentração é não-decrescente – diferentemente da curva de Lorenz, que é crescente.

Se θ_h é a participação do h -ésimo setor na renda total, pode-se demonstrar que

$$G = \sum_{h=1}^k \theta_h C_h \quad (3)$$

Dessa maneira o índice de Gini salarial pode ser dividido por k componentes, correspondente a k setores (no caso $k=3$: agricultura, indústria e serviços).

A variação do índice de Gini entre $t = 1$ e $t = 2$ é

$$\Delta G = G_2 - G_1 = \sum_{h=1}^k (\theta_{2h} C_{2h} - \theta_{1h} C_{1h}) \quad (4)$$

Resultado que também pode ser expresso como:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (\bar{C}_h \Delta \theta_h + \bar{\theta}_h \Delta C_h) \quad (5)$$

Em que $\bar{C}_h = \frac{1}{2}(C_{1h} + C_{2h})$ e $\bar{\theta}_h = \frac{1}{2}(\theta_{1h} + \theta_{2h})$.

Finalmente, a variação do índice de Gini da equação (5) pode ser expressa de modo a isolar a contribuição de dois componentes, como se verifica em (6).

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k [(\bar{C}_h - \bar{G}) \Delta \theta_h + \bar{\theta}_h \Delta C_h] \quad (6)$$

Em que $\bar{G}_h = \frac{1}{2}(G_{1h} + G_{2h})$.

O primeiro termo em (6) do h -ésimo setor $[(\overline{C}_h - \overline{G})\Delta\theta_h]$ é o efeito-composição, que está associado à mudança de participação da massa de rendimentos do trabalho dos ocupados de h . Repare que este efeito é positivo (contribui para o aumento da desigualdade de renda) quando a razão de concentração do setor é superior ao índice de Gini ($\overline{C}_h > \overline{G}$) e o setor aumente sua participação ($\Delta\theta_h > 0$). Intuitivamente, um setor qualquer, de alta concentração de renda, quando aumenta de tamanho, contribui para o aumento do índice de Gini. Pode ser interessante analisar também a soma dos efeitos-composição $\sum_{k=1}^n (\overline{C}_k - \overline{G}) \Delta\theta_k$ para todos os setores, a qual, quando positiva, reflete o fato que os setores de alta concentração de renda cresceram mais do que os setores de baixa concentração.

O segundo termo em (6) do h -ésimo setor, é o efeito-concentração $[\overline{\theta}_h \Delta C_h]$ que mede as mudanças na concentração do rendimento de h . Como $\overline{\theta}_h$ é sempre um número positivo, o sinal do efeito-concentração é determinado pela variação da razão de concentração: quando positivo, significa que o setor h concentrou renda.

4 RESULTADOS

Nas tabelas 2.1, 2.2 e 2.3 estão apresentadas as participações e as razões de concentração¹² relativas ao rendimento do trabalho do Brasil, Nordeste e Pernambuco, por setores, nos anos de 1995 e 2008. Inicialmente, comparando as participações dos setores, tanto em 1995 quanto em 2008, observa-se que o peso dos salários da indústria é maior no Brasil, onde responde por 28,5%, enquanto que no Nordeste representa 21,0% e, em Pernambuco, 22,1%. Em contrapartida, no Nordeste, a agricultura pesa 7,9 p.p. a mais do que no Brasil. Em Pernambuco os serviços pesam 3,7 p.p. a mais que no Brasil

¹² Nas tabelas e no texto desta seção as razões de concentração e as variações do Gini foram multiplicadas por 100 de modo a evitar o excesso de casas decimais.

e, a agricultura, 2,7 p.p.. Outra constatação é que, de 1995 a 2008, nas três regiões, houve aumento de participação do setor de serviços em detrimento dos setores agrícola e industrial. No Nordeste, por exemplo, o peso do setor de serviços passou de 61,8% para 69,0%.

Acerca das razões de concentração, cabe ressaltar que, nas últimas linhas das referidas tabelas, constam os próprios índices de Gini dos salários em cada ano. De 1995 a 2008, o Gini recuou 8,0 pontos no Brasil (14,0%), 4,5 no Nordeste (7,6%) e 2,4 em Pernambuco (4,6%). Verifica-se que as razões de concentração caíram em todos os setores e nas três regiões, excetuando-se apenas o setor agrícola de Pernambuco. Esse resultado é um indicativo importante de que a melhora da distribuição de renda no mercado de trabalho ocorreu de forma disseminada.

Tabela 2 – Participação dos rendimentos do trabalho dos setores agrícola, industrial e de serviços no total e razões de concentração no Brasil, Nordeste e Pernambuco

Tabela 2.1 - Brasil

Setores	Participação (θ_h) * 100		Razão de Concentração (C_h) * 100	
	1995	2008	1995	2008
Agricultura	9,3	7,6	14,5	12,6
Indústria	28,5	27,3	60,3	47,2
Serviços	62,2	65,1	62,5	54,5
Total	100,0	100,0	57,4	49,4

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da PNAD

Tabela 2.2 - Nordeste

Setores	Participação (θ_h) * 100		Razão de Concentração (C_h) * 100	
	1995	2008	1995	2008
Agricultura	17,2	10,9	16,1	8,6
Indústria	21,0	20,1	66,6	52,5
Serviços	61,8	69,0	69,7	63,5
Total	100,0	100,0	59,8	55,3

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da PNAD

Tabela 2.3 - Pernambuco

Setores	Participação (θ_h) * 100		Razão de Concentração (C_h) * 100	
	1995	2008	1995	2008
Agricultura	12,0	10,6	1,3	9,1
Indústria	22,1	19,2	60,9	49,6
Serviços	65,9	70,2	63,7	60,8
Total	100,0	100,0	55,6	53,2

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da PNAD

As tabelas 3.1, 3.2 e 3.3 mostram as contribuições dos setores para a variação do Gini, decompostas em efeito composição e concentração. Constata-se que, no Brasil e, em menor grau, no Nordeste, o setor de serviços foi o principal responsável pela melhora na distribuição de renda. No país, o setor de serviços respondeu por 4,9 pontos para a queda de 8,0 do Gini e, no Nordeste, 3,4 para o total de 4,5. O resultado decorreu do efeito concentração dos serviços que se sobrepôs ao efeito participação, de sinal contrário. Já em Pernambuco, a magnitude da contribuição do setor de serviços foi substancialmente menor, 1,6 ponto.

A indústria também experimentou uma melhora expressiva na distribuição de renda, contribuindo com 3,6 pontos no Brasil, 2,9 no Nordeste e 2,4 em Pernambuco. Nesse

setor, o efeito concentração foi mais importante do que o efeito composição em todas as regiões.

A agricultura exerceu contribuição positiva para o índice de Gini nas três regiões: 0,5 no Brasil, 1,8 no Nordeste e 1,6 em Pernambuco. A razão é que esse setor tem um coeficiente de concentração inferior ao Gini e sua participação reduziu-se (tabelas 2.1, 2.2 e 2.3).

Tabela 3 – Efeito composição, efeito concentração e variação do Gini para os setores do Brasil, Nordeste e Pernambuco entre 1995 a 2008

Tabela 3.1 - Brasil

Setores	Efeito Composição*100	Efeito Concentração*100	Contribuição para a variação do Gini*100
Agricultura	0,7	-0,2	0,5
Indústria	-0,0	-3,6	-3,6
Serviços	0,2	-5,0	-4,9
Total	0,8	-8,8	-8,0

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da PNAD

Tabela 3.2 - Nordeste

Setores	Efeito Composição*100	Efeito Concentração*100	Contribuição para a variação do Gini*100
Agricultura	2,9	-1,0	1,8
Indústria	-0,0	-2,9	-2,9
Serviços	0,7	-4,1	-3,4
Total	3,5	-8,0	-4,5

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da PNAD

Tabela 3.3 - Pernambuco

Setores	Efeito Composição*100	Efeito Concentração*100	Contribuição o para a variação do Gini*100
Agricultura	0,7	0,9	1,6
Indústria	-0,0	-2,4	-2,4
Serviços	0,3	-1,9	-1,6
Total	1,0	-3,4	-2,4

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da PNAD

5 CONCLUSÃO

O artigo analisa a distribuição de renda dos rendimentos do trabalho no Brasil, na região Nordeste e no estado de Pernambuco. O ano-base é o de 1995, quando se inicia uma sequência de quedas dos indicadores de concentração de renda, que rompem com o padrão de quase estagnação verificado por diversos anos. Até 2008, o índice de Gini da distribuição do rendimento do trabalho recuou 14,0% no Brasil, 7,6% no Nordeste e 4,3% em Pernambuco. A baixa intensidade na redução do indicador no Nordeste e em Pernambuco é preocupante porque se tratam de regiões em que, por razões históricas, a desigualdade é pior do que a média do país.

A metodologia utilizada decompôs a variação do Gini através da contribuição dos rendimentos dos ocupados na agricultura, indústria e serviços. No Brasil e, em menor grau, na região Nordeste, a melhora da distribuição de renda assinalada no setor de serviços foi a maior responsável pelo recuo do indicador. Em segundo lugar, veio o setor industrial. Já em Pernambuco, a desconcentração no setor de serviços foi substancialmente menor – sua contribuição foi menos do que metade do que aquela exercida sobre os indicadores a nível nacional e regional.

Um desdobramento natural deste trabalho seria identificar quais características locais são responsáveis por essa rigidez à queda na distribuição de renda dos ocupados nos setores de serviços e na indústria no Nordeste e em Pernambuco. A realização de um diagnóstico mais completo daria subsídio para que o poder público tomasse medidas mais eficazes para combater o problema.

REFERÊNCIAS

Alesina, Alberto; Rodrik, Dani. Distributive Politics and Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**, 109, 465-490. 1994.

FERNANDES, André Eduardo da Silva. **Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise do caso brasileiro**. 2003. Disponível

<http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/DistribuicaoodeRenda.pdf>

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, v.8, n.1, p. 55-81. 2006.

NERI, Marcelo Cortes. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. 2006. Disponível

<http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/811?show=full>

PERSSON, T.; TABELLINI, G. Is Inequality Harmful for Growth? **American Economic Review**, 84, 600-621.1994.

SABOIA, J. Efeitos do salário mínimo Sobre a Distribuição de Renda no Brasil no Período 1995/2005 – Resultados de Simulações. **Econômica**, v.9, p. 270-295. 2007.

SILVEIRA NETO, Raul; GONÇALVES, Michela Barreto Camboim. Mercado de Trabalho, Transferência de Renda e

Evolução da Desigualdade de Renda no Nordeste do Brasil entre 1995 e 2005. **In Anais do XII Encontro Regional de Economia**. Fortaleza: BNB, 2007.

SOARES, S. 2002. **O Impacto Distributivo do Salário Mínimo**: A Distribuição Individual dos Rendimentos do Trabalho. Texto para Discussão. IPEA, 2002.

SUDENE. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 3. ed. Recife: Sudene, 1978.